



Governo recua da urgência para votar superávit

A nova estratégia do governo para análise do projeto que amplia o desconto da meta de superávit primário é liberar a pauta do Congresso para votar rapidamente a proposta. O relator, Romero Jucá, disse que elabora um calendário especial de tramitação

Em mensagem encaminhada ao Congresso, o Palácio do Planalto informou a desistência do pedido anterior de tramitação em regime de

urgência da proposta que muda o cálculo do superávit primário. De acordo com o senador José Agripino, a oposição não poupará esforços para impedir a votação. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ato da Mesa prevê a distribuição de três tipos de credenciamento

Nova regra para acesso ao Plenário começa segunda

Foi publicado ontem ato da Mesa que redefine normas para o acesso de convidados e servidores

ao Plenário, com validade a partir de segunda-feira. Objetivo é evitar excesso de pessoas em votações. **7**

CPI da Petrobras deve decidir no voto se convocará políticos 4

Campanhas podem conscientizar sobre psicofármacos 5

Indicações para três embaixadas passam em comissão 6

Senado pede rigor na investigação de desvios no Pronaf 8

Racismo no futebol será tema de debate em comissão

A Comissão de Direitos Humanos debate, na segunda-feira, em audiência pública, o racismo contra jogadores negros. Entre os convidados, o presidente

da CBF, José Maria Marin, e o presidente do Grêmio, Fábio Koff. Torcedores do clube foram flagrados chamando de macaco o goleiro Aranha, do Santos. **2**



Divulgação/Santos FC

Caso envolvendo o goleiro Aranha, em Porto Alegre, teve grande repercussão

Aprovada vaga para grávidas

Segue para a Câmara projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos que reserva vagas em estacionamento para gestantes ou mulheres com crianças de até 1 ano e meio. Além de estender o direito antes restrito a idosos e a pessoas com dificuldades de locomoção, o texto aumenta de 2% para 3% o total de vagas reservadas. **8**

Gestantes ou mulheres com crianças pequenas poderão ter vagas especiais, assim como idosos e deficientes já possuem



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O que faz uma República é a solidez das leis

Montesquieu

SENADO FEDERAL

15 de Novembro de 1889 | Proclamação da República

Senadores vão debater racismo contra jogadores

A Comissão de Direitos Humanos fará audiência pública na segunda-feira para discutir preconceito sofrido por jogadores de futebol negros. Entre os convidados, José Maria Marin, presidente da CBF

O RACISMO SOFRIDO nos campos de futebol pelos jogadores negros será debatido em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) na segunda-feira, às 9h.

Requerida por Paulo Paim (PT-RS), a audiência com representantes do governo e do futebol brasileiro foi motivada pelos vários casos de preconceito racial registrados em estádios este ano.

Um dos casos de maior repercussão ocorreu em agosto em uma partida entre Grêmio e Santos. Um grupo de torcedores gremistas foi flagrado pela TV chamando de macaco o goleiro santista Aranha.

Identificada por internautas nas redes sociais, a jovem Patrícia Moreira, uma das pessoas acusadas, perdeu o emprego e teve a casa apedrejada e incendiada. Ela confessou o crime, desculpou-se e respondeu na Justiça pelos atos, com outros torcedores.

Este ano ainda foi marcado por ataques racistas ao jogador do Barcelona Daniel Alves.



Goleiro do Santos, Aranha foi ofendido por torcedores no Rio Grande do Sul

Num gesto de ironia, Alves comeu uma banana lançada em campo por um torcedor do Villarreal. Em apoio ao companheiro, o atacante Neymar lançou no Twitter a campanha viral #SomosTodosMacacos em que os internautas, inclusive celebridades, atletas e políticos, postaram fotos de protesto segurando bananas.

Antes da Copa do Mundo, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) chegou a anunciar o lançamento de um aplicativo para dispositivos móveis que

permite denunciar atos de racismo no futebol.

Estão convidados para a audiência pública Ideli Salvatti, ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; José Maria Marin, presidente da CBF; Francisco Novelletto Neto, presidente da Federação Gaúcha de Futebol; Fábio Koff, presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, entre outras autoridades.

Alunos têm aula de cidadania na Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) recebeu, na quarta-feira, alunos da rede pública do Distrito Federal para participarem do Projeto Direitos Humanos para Quem?

A presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), conversou com 70 meninos e meninas, alunos do ensino fundamental, que vieram ao Senado saber mais sobre participação legislativa e a importância do respeito aos direitos humanos. Adolescentes e professores

realizaram uma dinâmica para ajudá-los a entender melhor conceitos como cidadania, leis e direitos.

— A formação dos direitos humanos deve começar desde a primeira infância. E o Senado pode e deve também cumprir esse papel de possibilitar essa reflexão, esse debate, essa orientação para as crianças — afirmou.

O projeto já está confirmado para 2015, atendendo pedidos de escolas de vários lugares do país, inclusive do estado da senadora, o Espírito Santo.



Estudantes de Brasília participam do Projeto Direitos Humanos para Quem?

Votação da Lei Geral das Antenas fica para terça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou o adiamento da discussão do projeto da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012) para terça-feira. Havia a expectativa de que o projeto fosse votado

anteontem em Plenário.

De autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto foi aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na terça-feira e será votado no

Plenário em regime de urgência. O texto unifica regras para instalação e compartilhamento de torres, além de dar mais agilidade aos processos de autorização para as empresas de telecomunicações.

Figueiró e Suplicy homenageiam Manoel de Barros

Ruben Figueiró (PSDB-MS) registrou a morte, ontem, em Campo Grande, do poeta Manoel de Barros. O senador afirmou que não só Mato Grosso do Sul, estado adotado por Barros, mas também Mato Grosso, onde ele nasceu há 97 anos, e todo o Brasil, lamentam a morte do poeta, que viveu no Pantanal e traduziu em palavras a beleza daquela região:

— Sua poesia aproximou o homem daquele extraordinário paraíso, onde tem sido possível a convivência em harmonia entre o ser humano, os animais e a riqueza dos campos, das cordilheiras, das lagoas, das vazantes e dos rios — disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu pronunciamento enquanto Figueiró ocupava a tribuna lembrando que Manoel de Barros ganhou, por duas vezes, o Prêmio Jabuti com as obras *O Ganhador de Águas*,



Ruben Figueiró e Eduardo Suplicy ressaltaram a qualidade das obras do poeta

em 1989 e *O Fazedor do Amanhecer*, em 2001. Em 2000, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras.

Ressaltou que os livros foram traduzidos na Espanha, na França e nos Estados Unidos. Em 2008, foi tema do documentário *Só Dez por Cento é Mentira*, de Pedro Cezar.

Suplicy lembrou que uma das poesias dele dizia: “Noventa por cento do que es-

crevo é invenção. Só dez por cento é mentira”, daí o título do documentário.

O senador citou um trecho da obra *A Maior Riqueza do Homem é a Sua Incompletude* e finalizou a homenagem:

— Um novo pássaro cruza os céus a partir de hoje. Morreu Manoel de Barros. Segundo a sua neta, Joana de Barros, ele estava muito debilitado, muito velho, descansou. Ele virou passarinho — disse.

Senado entregará Comenda Dom Hélder Câmara em 3 de dezembro

O Senado vai realizar uma sessão especial para a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara no dia 3 de dezembro, às 11h. Na mesma sessão, será lembrado o Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado em 10 de dezembro. O requerimento, de Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado na quarta-feira.

A comenda está na quinta edição e leva o nome de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife (PE), falecido em 1999 e conhecido pela defesa dos pobres e dos perseguidos políticos durante a ditadura. O prêmio é entregue anualmente a cinco personalidades com relevante contribuição à defesa dos direitos humanos no país.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão sem votações, destinada a pronunciamentos e comunicados da Mesa.

CCJ Meio ambiente

9h Debate sobre o papel dos juizes na proteção do meio ambiente. Entre os convidados, estão a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o ministro do STJ Herman Benjamin e o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo dos Santos Costa.

FÓRUM Comunicação pública

9h O Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014 discute propostas para fortalecer o setor. O encontro ocorre no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

CRA Armazenamento de grãos

14h Seminário debate armazenamento da produção agrícola brasileira. Entre os convidados, estão os ministros da Agricultura, dos Transportes, e o presidente do Banco do Brasil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

O Planalto enviou ontem mensagem ao Congresso informando a desistência do pedido para votação em regime de urgência do projeto que muda o cálculo do superávit

Governo desiste de urgência para superávit

POR MEIO DE mensagem que chegou ao Congresso ontem, o governo desistiu do pedido de urgência para a tramitação do projeto de lei que ajusta a meta de superávit fiscal de 2014 (PLN 36/2014). A mensagem deve ser lida hoje em Plenário.

Antes da retirada da urgência, o próprio relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), admitia que essa não era a principal opção do governo para agilizar a modificação da meta de superávit — economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública.

— Estamos trabalhando com um calendário especial de tramitação. A urgência fica como reserva — disse Jucá.

Pelo calendário definido pela CMO, deputados e senadores têm até segunda-feira para apresentar emendas. O relatório de Jucá deve estar pronto no dia seguinte, para ser votado na quarta-feira.

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, já

havia manifestado a posição de que não deveria ocorrer mudança na tramitação do projeto, mesmo com o pedido de urgência.

— A Presidência do Congresso Nacional recebeu e tão somente deu a conhecer o calendário proposto pela Comissão Mista de Orçamento, determinando o cumprimento — afirmou Renan, por meio de nota oficial.

Ante a possibilidade de tramitação ordinária, a estratégia passa a ser liberar a pauta de votações do Congresso. Jucá disse acreditar que o presidente Renan poderá convocar sessão do Congresso no início da próxima semana.

A intenção de Jucá de esgotar a pauta do Congresso e votar o projeto rapidamente encontrará obstáculo na oposição. Quem garante isso é José Agripino (DEM-RN). Ele entende que o governo quer aprovar a flexibilização às pressas, sem discutir a ideia, e promete



O próprio relator, Romero Jucá, admitiu, antes da desistência do governo, a tramitação da proposta em rito ordinário

dificultar o caminho.

— Vamos obstruir a votação dos vetos. Temos que levar o debate ao limite para que aquilo que eles estão querendo que seja aprovado sem o devido raciocínio não aconteça — prometeu.

O senador dirigiu severas críticas à condução da econo-

mia pelo governo e chamou o Orçamento de 2014 de “conto do vigário”.

A possibilidade de acelerar a discussão da mudança na meta de superávit fiscal tinha gerado controvérsia entre os parlamentares, já que não há consenso quanto à aplicação da urgência constitucional. O

expediente é usual em projetos de lei comuns do Executivo, que são examinados primeiro na Câmara, mas nunca foi adotado em questões orçamentárias, que são discutidas em reuniões conjuntas das duas Casas do Congresso, cujo regimento não estabelece regras para esse procedimento.

Comissão recebe até quinta-feira emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015

Com a aprovação, anteontem, do relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deu início ontem ao recebimento de emendas à proposta.

Deputados federais, senadores, comissões permanentes do Senado e da Câmara e as bancadas estaduais do Congresso têm até a próxima quinta-feira, dia 20, para protocolar emendas.

São chamadas emendas coletivas as apresentadas por comissão permanente ou bancada estadual. As emendas individuais são as apresentadas por senador ou deputado. Não há limite para o número de emendas

apresentadas. As sugestões coletivas têm acolhimento prioritário. As propostas das comissões têm de ter conteúdo restrito às respectivas competências regimentais.

Comissões permanentes do Senado e da Câmara já começaram a convocar os membros para fazer sugestões. Na próxima semana, elas devem se reunir para aprovar as propostas.

Na proposta orçamentária em discussão no Congresso, o governo estabelece como prioridade para 2015 as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa Brasil sem Miséria e do Minha Casa, Minha Vida.

Medida com crédito extra de R\$ 1,7 bilhão para três ministérios chega ao Congresso

Chegou ao Congresso Nacional anteontem a Medida Provisória (MP) 659/2014, que abre crédito adicional extraordinário no Orçamento deste ano no valor de R\$ 1,7 bilhão. Receberão os recursos os Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e da Fazenda. O projeto terá de ser aprovado primeiramente na Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de seguir para a apreciação do Plenário do Congresso Nacional.

A maior parte do do crédito, R\$ 1,4 bilhão, será usado pelo governo para financiar a concessão de subsídios em operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal,

Financiadora de Estudos e Projetos e Banco do Nordeste do Brasil.

Outros R\$ 25 milhões serão enviados ao Ministério das Relações Exteriores para financiar a ajuda brasileira, por meio da Organização das Nações Unidas, ao enfrentamento da epidemia de ebola na África Ocidental.

O Ministério da Defesa receberá R\$ 66,6 milhões para dar continuidade à operação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, em particular na região do Complexo da Maré, até o fim do ano.

Sob supervisão do Ministério da Fazenda, R\$ 205 milhões serão destinados para pagamento ao governo do Paraguai por cessão ao Brasil de parte da energia elétrica da Usina de Itaipu.

Cristovam: “Esconder as contas traz a tortura da inflação”

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse não entender por que o mesmo governo que criou a Comissão Nacional da Verdade para apurar os crimes cometidos durante a ditadura militar queira, agora, esconder a realidade sobre as contas públicas.

Ele criticou o projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 para reduzir a meta do superávit primário, dinheiro que o governo economiza para pagar os juros da dívida pública.

— Eu espero que aqueles que vieram aqui defender a Comissão da Verdade, como eu vim, defenda a comissão da verdade também para as contas públicas, porque essa é uma forma de tortura também. Esconder as contas públicas traz a tortura da inflação — disse.



Jefferson Roldy/Agência Senado

Flexa: oposição vai barrar mudança no superávit

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a oposição não vai permitir a aprovação do projeto que permite deduzir os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações tributárias da meta de superávit primário, que é o valor que o governo economiza para pagar a dívida pública.

O projeto foi encaminhado ao Congresso na terça-feira, pelo Executivo, revelando, na avaliação do senador, o quanto o governo tem sido irresponsável e desonesto no que se refere aos gastos públicos.

Flexa Ribeiro lembrou que essa não foi a primeira manobra do governo para maquiar as contas públicas. Em 2012, recordou, o Executivo usou artifícios contábeis para o mesmo fim.



Moreira Mariz/Agência Senado

Ana Amélia diz que governo deve reconhecer dificuldade

Ana Amélia (PP-RS) disse que seria mais conveniente se o governo federal reconhecesse a dificuldade nas finanças em vez de maquiar os números, deduzindo da meta estipulada para o superávit primário deste ano os gastos com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações tributárias.

Ela lembrou que ontem o Tribunal de Contas da União aprovou uma auditoria para apurar o déficit de R\$ 43,3 bilhões nas contas de 2013.

— Verificação do tribunal de que o país teve em 2013 um déficit nas contas públicas será informada aos órgãos do governo e ao Congresso, mas não resultará em nenhuma consequência efetiva — alerta.



Gerardo Magela/Agência Senado

Francisco Dornelles defende autonomia do Banco Central

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu anteontem a autonomia do Banco Central. Ele afirmou que um banco central menos vinculado a interesses do governo produziria uma regulação financeira de melhor qualidade, com a previsibilidade que falta no momento.

O senador classificou o debate em relação ao tema como superficial.

— Visões equivocadas do tema frequentemente constituem cortina para esconder a dificuldade de aceitação de uma premissa básica da democracia contemporânea: a de que o exercício do poder é limitado e é sobre esse fundamento que se assentam as bases de uma sociedade próspera e desenvolvida — afirmou.



Moreira Mariz/Agência Senado

Oposição diz que não fez parte de acordo que visava evitar convocação de agentes políticos. Presidente do colegiado, Vital do Rêgo afirma que a questão será decidida no voto

CPMI da Petrobras analisa se convoca políticos

A CPI MISTA da Petrobras marcou para terça-feira, às 14h30, uma reunião administrativa para a votação de requerimentos. Entre os mais de 400 itens da pauta, estão pedidos de convocação de políticos, como os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Alvaro Dias (PSDB-PR, licenciado), Delcídio do Amaral (PT-MS) e Aécio Neves (PSDB-MG). Há ainda convites para que a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prestem depoimento.

Na última reunião, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) negou que a oposição tivesse firmado um acordo para poupar políticos e acusou o governo de evitar a votação das convocações. O entendimento entre os membros da comissão seria apenas de ouvir primeiro



O presidente da CPMI da Petrobras, senador Vital do Rêgo, garantiu a análise de todos os requerimentos na terça-feira

ex-diretores da estatal e de subsidiárias e só depois os agentes políticos.

— Quem assaltou a Petrobras não é deputado, não é senador, não é ministro. Eu

reitero o que disse em outra oportunidade: é bandido de quinta categoria. A minha história combina com uma perseguição implacável a quem desvia dinheiro público,

não com acordo — afirmou Sampaio.

O presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), respondeu que não há mais qualquer entendimento para a reta final

dos trabalhos e prometeu analisar todos os requerimentos.

— O acordo, me parece agora, está totalmente zerado. Na terça-feira, vamos votar e espero que todos possam estar lá. Vamos votar todos os requerimentos. A pauta não é feita por mim. É aberta — assegurou Vital.

O primeiro item da pauta é o que pede a convocação de Leonardo Meirelles. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), autor do pedido, afirma que, segundo investigações da Polícia Federal, Meirelles atuava com o doleiro Alberto Youssef e com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa em operações ilegais de câmbio. Há ainda requerimentos que pedem as quebras de sigilos bancários, fiscais e telefônicos de Meirelles.

Senadores vão a Fortaleza para ouvir carcereiro da ditadura

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizará uma viagem a Fortaleza para ouvir Antônio Waneir Pinheiro Lima, mais um agente da repressão política dos tempos da ditadura publicamente identificado. Depois de passar mais de quatro décadas escondido sob a alcunha de Camarão, carcereiro da chamada Casa da Morte, Lima foi localizado no interior do Ceará.

Além de colher informações sobre o depoimento prestado por Camarão à Polícia Fede-

ral em Fortaleza, a comissão quer interrogar diretamente o carcereiro. Apresentado por João Capiberibe (PSB-AP), o requerimento para a audiência foi aprovado pela CDH antontem.

Depois de encontrado, Lima foi conduzido coercitivamente à PF, na capital, para falar da participação nos crimes cometidos na Casa da Morte, nos anos 70. Localizada em Petrópolis (RJ), a estrutura clandestina serviu como aparelho para prisões ilegais, tortura e morte de opo-

sitores do regime militar.

A diligência será feita em conjunto com a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade do Senado Federal, com a participação de Paulo Paim (PT-RS) e Lídice da Mata (PSB-BA), além do próprio Capiberibe.

Cerca de 20 militantes da esquerda passaram pela Casa da Morte, operada pelo Centro de Informações do Exército (CIE). De todos os militantes, sobreviveu apenas Inês Etienne Romeu. A um mês da divulgação do relatório da Comissão

da Verdade, há a expectativa de que Camarão possa revelar nomes de outros agentes que atuaram no local.

Inês Etienne denunciou que foi estuprada por Lima duas vezes enquanto esteve presa na casa. A militante o reconheceu por fotos agora divulgadas, antigas e atuais. Lima, que então integrava a Brigada de Paraquedistas do Exército, vivia no interior do Rio de Janeiro, mas fugiu para o Ceará logo depois de ser localizado, por temer uma convocação para

depor na Comissão Nacional da Verdade.

Outra audiência aprovada por sugestão de Ana Rita (PT-ES) vai debater a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Serão convidados o presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital Corrêa Lima; a ex-presidente da Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos Leide Izabel do Nascimento; e o presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Osvaldo Albuquerque Sousa Filho.



Moreira Mariz/Agência Senado

Ricardo Ferraço defende reformulação do Fundo Penitenciário

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu a aprovação do projeto que reformula o Fundo Penitenciário Nacional, considerando-o fundamental para aprimorar o sistema prisional brasileiro. O senador ressaltou que, devido ao excesso de burocracia, o Fundo Penitenciário não tem sido bem aproveitado pelos estados.

— É urgente um modelo penal que priorize penas alternativas e progressão de regime. A privação da liberdade só deve ser aplicada a quem oferece perigo real à sociedade. A porta de entrada das prisões brasileiras é bem mais larga que a de saída — alertou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lídice diz que a violência no Brasil é uma grande tragédia

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que a violência no Brasil é uma tragédia de dimensões intoleráveis. A senadora defendeu mudanças na política de segurança pública, nas polícias e a instalação da CPI criada pelo Senado para investigar o assassinato de jovens.

Segundo ela, é alto, no Brasil, o número de mortos pela própria polícia, que deveria proteger a população.

— É inimaginável que a sociedade brasileira e o Congresso não se debrucem sobre esse tema. Precisamos avançar mais no debate de uma segurança pública que possa impactar os estados — disse.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Pedro Simon assinala incerteza em relação ao futuro do país

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou ontem as notícias de corrupção que constantemente ocupam as manchetes da imprensa brasileira. O senador disse que, após a eleição, deveria haver uma redução das tensões, mas o que se verifica nas páginas dos jornais é um ambiente de incerteza e imprevisibilidade em relação ao futuro do país.

Ele afirmou que não se tem na história do Brasil um escândalo tão grave como o da Petrobras e lamentou a falta de punição dos corruptos.

— Sinceramente, não vejo momento mais grave e dramático no Brasil do que esse que estamos vivendo — disse.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Pimentel classifica como sucesso a edição deste ano do Enem

José Pimentel (PT-CE) classificou como um sucesso a edição de 2014 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e chamou a atenção para o número de candidatos inscritos e o aumento da confiança da população no exame. Embora reconheça que o Enem possa ser aperfeiçoado, ele considerou que o exame já se tornou o instrumento mais importante de acesso a escolas técnicas e superiores e ao financiamento dos estudos em instituições privadas.

— Esse sistema já está provado e comprovado, adquirindo uma credibilidade muito forte na sociedade brasileira — disse o senador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Randolfe Rodrigues lamenta morte de Leandro Konder

Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) registrou o falecimento do filósofo e intelectual Leandro Konder, aos 78 anos, na quarta-feira, no Rio de Janeiro.

— É uma perda para nós, que conhecemos Leandro Konder. Ele, que, com seus ensinamentos e seus textos, inspira todos nós — lamentou.

Segundo o parlamentar, Konder, que era filiado ao PSOL, ajudou a formar gerações de militantes de esquerda com suas obras.

Professor do Departamento de Educação da PUC-Rio, Konder escreveu vários livros de filosofia e sociologia. Foi um dos principais divulgadores do marxismo no Brasil.

Bauer cobra do Plenário análise da PEC dos Medicamentos



Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu à sociedade que pressione o Senado a analisar a proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê isenção de contribuições e impostos federais sobre medicamentos.

O senador enviou à Mesa da Casa recurso solicitando que o Plenário vote a PEC 115/2011, de autoria dele. Ele discordou da decisão tomada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quarta-feira, quando foi rejeitada proposta que isenta de forma gradual esses tributos.

Paulo Bauer lembrou que o Brasil é, no mundo, o primeiro colocado em impostos sobre medicamentos, enquanto outros setores têm total isenção.

— Em 1998, quando se fez a Constituição, se colocou lá no artigo 150 que dinheiro de partido político não paga imposto, dinheiro de igreja não paga imposto, dinheiro de empresa que edita jornais e revistas não paga imposto — disse o senador.

Paim defende mobilização mundial contra o vírus ebola



Paulo Paim (PT-RS) defendeu a união de esforços de todos os governos do mundo para combater o vírus ebola.

Ele ressaltou que a doença representa uma ameaça a todos os continentes e conclamou os grandes laboratórios farmacêuticos a investir em pesquisa para a produção futura de uma vacina.

Paim lembrou que os países atingidos pelo ebola estão entre os mais pobres do mundo, como Serra Leoa, Guiné-Bissau e Libéria, no continente africano, o que aponta para uma dimensão econômica e social.

A contaminação pelo ebola, disse Paim, é um drama que envolve as famílias de todos os continentes, mas que somente agora provoca a mobilização do mundo desenvolvido, embora casos de contaminação pelo vírus tenham sido registrados desde a década de 1970.

— Apenas agora, quando o mundo desenvolvido se vê ameaçado, o grande capital pensa em investir na vacina, o que já poderia ter sido feito — concluiu o senador.

Projeto prevê que campanhas sejam elaboradas para conscientizar sobre a prescrição inadequada de psicofármacos — remédios que atuam no comportamento humano — a crianças e adolescentes

Texto incentiva campanhas sobre uso de psicofármacos

O PROJETO DA senadora Ângela Portela (PT-RR) que busca impedir o uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) antontem. O texto (PLS 247/2012) passa a incluir em lei uma recomendação para que campanhas de educação sanitária tratem sobre o uso indiscriminado, desnecessário e excessivo desses medicamentos, usados para controlar o comportamento.

O relator, senador Humberto

Costa (PT-PE), recomendou a aprovação com duas emendas agregadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como a prescrição de medicamentos e de psicofármacos já é regulada por outras normas legais, foram eliminados dispositivos considerados genéricos e de pouca efetividade. Para ele, a indicação para a realização de campanhas de esclarecimento “é a forma mais adequada para endereçar a matéria”.

Humberto reconheceu como preocupante o avanço

no uso indiscriminado desses remédios em crianças e adolescentes, assim como a importância do projeto em defender que pais e familiares sejam orientados para evitar que dificuldades de comportamento e aprendizagem sejam transformadas “artificialmente” em problemas de saúde.

A proposta recebeu decisão final na comissão e agora segue para exame na Câmara, se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.



Ângela Portela, autora do projeto, condena o uso excessivo e desnecessário de psicofármacos por crianças e adolescentes

MP das Farmácias será votada terça

A presidente da comissão mista que analisa a MP das Farmácias, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), marcou para terça-feira a discussão e a votação de relatório sobre o texto.

Ontem, o relator da proposta, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), apresentou parecer em que mantém a flexibilização da exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas. Ele acatou emenda para permitir a assistência do profissional de forma remota.

No relatório, o deputado reconhece que a presença obrigatória de farmacêutico, conforme determina a Lei 13.021/2014, torna a entrega de medicamentos mais segura e de melhor qualidade. No entanto, ele aponta déficit de profissionais para atender a demanda e dificuldades de cumprimento da norma por pequenas farmácias, especialmente em cidades do interior.

Frente a esse contexto, ele manteve regra prevista na medida provisória (MP 653/2014), de forma a permitir que as pequenas farmácias possam

funcionar com a presença de um prático inscrito no conselho da categoria, desde que o órgão sanitário de fiscalização local confirme a inexistência de farmacêutico na localidade.

O relator também propõe incluir na Lei 5.991/1973 (que trata do comércio de medicamentos) a assistência remota no atendimento aos consumidores e como forma de supervisão em caso de licenciamento de farmácia sob a responsabilidade de prático, técnico ou proprietário.

O deputado sugere que a validade da licença, hoje estabelecida em um ano, seja fixada pela autoridade sanitária local, podendo ser revalidada por períodos iguais e sucessivos.

Manoel Junior acatou sugestão para estabelecer como competência dos conselhos regionais de Farmácia a aplicação de penalidades somente aos profissionais, vedando multas e outras sanções aos estabelecimentos comerciais.

Segmentos contrários à MP 653/2014 afirmam que o relaxamento da exigência de farmacêutico nos estabelecimentos fere acordo para a aprovação da Lei 13.021/2014.

As entidades que representam os donos de farmácias dizem não haver número suficiente de farmacêuticos para cumprir a lei. As entidades que representam a categoria afirmam o contrário.



Manoel Junior e Vanessa Grazziotin ouvem parlamentar na comissão da MP

Inácio quer empenho do Congresso para votação do Orçamento



Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse, na quarta-feira, que o Congresso precisa se reunir para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 e vetos presidenciais a diversas leis, como a que fixa regras para a criação de municípios.

O senador protestou contra a crença generalizada de que a emancipação de municípios criaria despesas tão grandes que inviabilizaria estados e até o próprio país.

O parlamentar advertiu que a dificuldade do Congresso para se reunir e votar os vetos e a LDO pode criar dificuldade para a aprovação da proposta orçamentária da União ainda este ano. Ele disse que o novo mandato da presidente Dilma Rousseff precisa começar em janeiro com o Orçamento de 2015 aprovado.

Para ele, os novos ministros a serem nomeados pela presidente não podem assumir os cargos sem ter os recursos necessários para os programas que estão em andamento no país.

Ângela cobra mais qualidade de internet móvel em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) reclamou mais uma vez da má qualidade dos serviços de telefonia móvel e de internet banda larga na Região Norte, especialmente em Roraima. Segundo ela, os roraimenses pagam caro por um serviço precário, enquanto a operadora diz desconhecer qualquer problema no estado.

A senadora afirmou que esta semana, porém, registrou três fatos positivos para o setor de telefonia e internet. O primeiro é o lançamento de um centro de monitoramento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que vai permitir um diagnóstico mais realista do funcionamento das empresas do setor.

O segundo é o anúncio do Ministério das Comunicações de que o plano de universalização da internet banda larga será mesmo executado nos próximos quatro anos e custará cerca de R\$ 50 bilhões.

O terceiro é o debate, semana passada, no Senado, sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

— Não haveria momento mais oportuno para cobrar as operadoras que garantam qualidade e preço justo.

Líbano, Belarus e Vietnã devem receber novos embaixadores brasileiros. As três indicações foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e agora vão ao Plenário

Comissão aprova indicação de embaixadores

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem duas indicações de embaixadores para países próximos a zonas de conflito — Líbano e Belarus — e uma para uma nação que tem na memória recente um dos maiores conflitos da Guerra Fria — o Vietnã. As três indicações seguirão agora para análise do Plenário.

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para representar o Brasil em Beirute, o ministro de primeira classe Jorge Geraldo Kadri — cuja indicação teve como relator Pedro Simon (PMDB-RS) — observou que o Líbano tem atualmente como principais desafios buscar “a melhor relação possível” com Israel, lidar com o grupo islâmico Hezbollah e atenuar a influ-

ência síria no seu território.

— O Brasil pode ser um ator importante para ajudar o Líbano a superar esses desafios — disse Kadri, ele mesmo descendente de libaneses, como mais de 4 milhões de brasileiros.

A Belarus, para onde foi indicado o ministro de segunda classe Paulo Antônio Pereira Pinto, integra região que o presidente russo, Vladimir Putin, quer ver reunida em torno de um novo projeto de criação de uma União da Eurásia, entre a Europa e o Leste Asiático. Ele lembrou que têm ocorrido em Minsk, capital do país, as negociações entre a Rússia e a Ucrânia sobre os conflitos armados entre tropas dos dois países no leste ucraniano.

— Espera-se que, após o momento atual de turbulência



Embaixador Jorge Kadri fala na audiência, ao lado de Paulo Pinto (E), senador Jarbas Vasconcelos e Marco Diniz Brandão

na crise ucraniana, venha a ser fortalecida a abertura política da Belarus. Diante desse possível cenário favorável, pretendo trabalhar por um relacionamento cada vez mais produtivo com aquele país —

anunciou Pereira Pinto, cuja indicação teve como relator Luiz Henrique (PMDB-SC).

O diplomata anunciou ainda que se esforçará para a liberação das exportações de carnes brasileiras à Belarus. Luiz Henrique e Ana Amélia (PP-RS) manifestaram preocupação com o embargo ainda vigente às exportações nacionais de carne para aquele país.

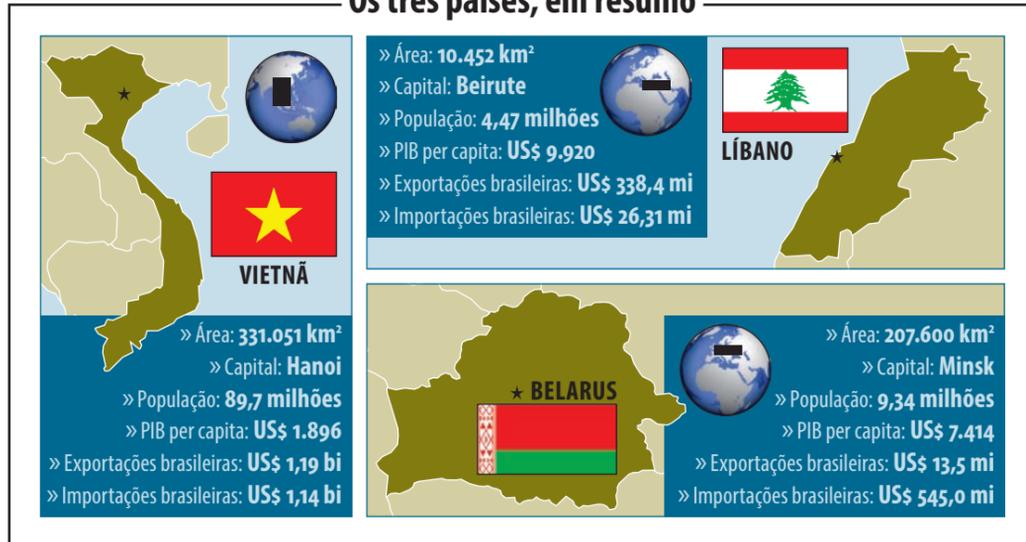
O ministro de primeira classe Marco Antonio Diniz Brandão, indicado ao Vietnã, disse que as relações do Brasil com o país têm um futuro promissor. Como exemplo do potencial, ele citou o aumento do comércio bilateral de US\$ 100 milhões, há dez anos, para os atuais US\$ 2 bilhões. As exportações brasileiras são principalmente de milho e soja. Em troca, o Brasil importa principalmente componentes

eletrônicos — o Vietnã é um grande exportador de celulares, de tecnologia coreana.

O Vietnã, acrescentou o diplomata, tem alcançado sucesso na superação da pobreza extrema, por meio da geração de empregos e da transferência de renda. Ele anunciou que pretende priorizar o fortalecimento das relações culturais e na área de defesa.

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou preocupação com a permanência de conflitos nas regiões dos países para onde irão os novos embaixadores. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que Brasil e Vietnã têm muito a aprender mutuamente com políticas de combate à pobreza. Por sua vez, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) recordou as difíceis relações do Vietnã com a China.

Os três países, em resumo



Turismo esclarece novas regras para contratação de artistas

O Ministério do Turismo esclareceu, a pedido do presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), as novas exigências para autorização de repasse de recursos próprios ou de emendas parlamentares para o pagamento de cachês em eventos bancados pela pasta. Esse tipo de pagamento estava suspenso desde o fim de 2011, depois que o ministério detectou problemas com superfaturamento na contratação de shows. As regras constam da Portaria 270, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 4.

O secretário de Políticas de Turismo, Vinicius Lummertz, explicou em audiência pública que foi criado o Cadastro Nacional de Artista, um banco de dados no qual as bandas serão obrigadas a se cadastrar, informando detalhes de participações em eventos, prêmios e discografia e apresentando notas fiscais dos últimos shows pagos com dinheiro público ou privado.

Além disso, passou a ser exigido que as atrações contratadas sejam reconhecidas regional ou nacionalmente. A portaria também estabeleceu um valor máximo a ser pago: R\$ 200 mil por artista ou banda. Os contratantes

terão que complementar o valor caso queiram um show mais caro.

Com a nova portaria, o recurso repassado pela pasta será exclusivamente destinado ao pagamento de cachês artísticos e à divulgação do evento, que devem ser obrigatoriamente gratuitos. Também foi estabelecido que o limite do valor destinado à divulgação do evento é de 30% do repasse da emenda.

Desde que o Ministério do Turismo definiu que não investiria mais no pagamento de cachês, no fim de 2011, a destinação de emendas parlamentares para apoio a eventos por meio da pasta

caiu em 91,5%, passando de R\$ 296 milhões para R\$ 28 milhões. Segundo o ministro do Turismo, Vinicius Nobre Lages, também presente à discussão, depois de constatadas irregularidades nos repasses, o tema se tornou uma espécie de tabu dentro do ministério.

— É vergonhoso o ministério pagar apenas por banheiro químico. Tivemos a coragem de enfrentar — disse o ministro, afirmando que os artistas são atrativos de festas e eventos capazes de movimentar o turismo. A pasta também trabalha numa nova portaria que permitirá investir na divulgação de eventos, além do limite de 30%.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Acesso ao Plenário do Senado tem novas regras

Entram em vigor na segunda-feira medidas anunciadas no fim de outubro pelo presidente Renan Calheiros para evitar excesso de convidados e servidores durante votações

COMEÇAM A VALER segunda-feira as novas regras para a presença de convidados e servidores no Plenário do Senado. As normas estão disciplinadas no Ato 14/2014 da Comissão Diretora da Casa, publicado ontem no Boletim Administrativo do Senado Federal.

O presidente Renan Calheiros já havia anunciado as mudanças no final de outubro. A intenção é organizar o ambiente no Plenário, evitando o excesso de pessoas principalmente em dias de votações importantes, o que acabava por tumultuar o trabalho dos senadores.

Renan explicou que qualquer senador pode levar convidados ao Plenário, mas ressaltou que eles não podem permanecer indefinidamente. Pelas novas normas, o convidado deve permanecer ao lado do senador durante o tempo necessário para concluir a conversa ou entrevista.

O novo ato estabelece que,

durante as sessões, somente senadores, suplentes, deputados federais, ex-senadores e ministros de Estado serão admitidos no interior do Plenário. Os servidores em serviço deverão estar devidamente credenciados.

A exceção fica por conta de sessões especiais ou debates temáticos, quando autoridades, personalidades e integrantes da sociedade civil poderão permanecer no local durante todo o evento.

No texto, são consideradas dependências do Plenário a Mesa, as tribunas, as bancadas reservadas aos senadores e a sala de café. Não ficam sujeitas à restrição a tribuna de imprensa, destinada a profissionais devidamente credenciados; a tribuna de honra, reservada a autoridades, convidados de senadores e cidadãos, nessa ordem de prioridade; e as galerias, aberta ao público em geral.

O ato define três tipos de credenciamento: para acesso

ao interior do Plenário, em número de um por gabinete, liderança ou cargo na Mesa; para acesso à sala do café, em número de três por gabinete, liderança ou cargo na Mesa; e para a imprensa, com acesso à sala do café e à tribuna de imprensa, a que terão direito profissionais da área e da Secretaria de Comunicação

Social da Casa.

Os funcionários da copa e do serviço do café dos senadores terão credenciamento próprio, assim como da Secretaria-Geral da Mesa, das Consultorias Legislativa e de Orçamento e demais unidades administrativas e de assessoramento superior. As credenciais, emitidas pela

Polícia do Senado, deverão ser portadas em local visível.

O ato também disciplina as roupas permitidas para permanência em Plenário: traje de passeio completo (terno e gravata para os homens), uniforme militar, fardamento profissional ou trajes típicos alusivos à temática da sessão, quando for o caso.



Presença de convidados e servidores no Plenário está disciplinada no Ato 14, publicado ontem no Boletim Administrativo

Pedidos de tramitação conjunta de projetos são aprovados

O Plenário do Senado aprovou ontem uma série de requerimentos para exame em conjunto de projetos que tratam de assuntos correlatos. Um dos requerimentos pede que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 143/2009 tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 441/2008, pelo fato de ambos tratarem da Lei dos Cartórios.

Outro requerimento aprovado pede a tramitação conjunta dos PLCs 196/2009 e 31/2010. As duas matérias regulam a

profissão de pedagogo e psicopedagogo.

Regras de desfiliação partidária estão previstas nos PLSs 266/2011 e 339/2008. Agora, os dois projetos vão tramitar de forma conjunta. Por tratarem da definição de crimes e da reforma do Código Penal, os PLSs 337/2003 e 236/2012 também passam a ser analisados conjuntamente.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2007 trata do mesmo assunto que a PEC 48/2012: afastamento

para reeleição dos chefes do Executivo. A partir de agora, as duas tramitarão em conjunto.

Os senadores também aprovaram requerimentos que solicitam o exame extra de vários projetos. Um deles pede que o PLS 501/2013 — que trata da incidência do ICMS nos serviços de rastreamento — seja analisado também pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Na tramitação original, apenas a Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE) daria parecer sobre o projeto.

Na mesma linha, o PLS 405/2011, que propõe a suspensão da construção de novas usinas term nucleares por 30 anos, será submetido à Comissão de Meio Ambiente (CMA). O despacho inicial era somente para a Comissão de Infraestrutura (CI).

Outro requerimento aprovado pede que as medidas de prevenção e combate a incêndios e desastres, previstas no PLC 33/2014, sejam

examinadas também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na tramitação original, a análise estava restrita à comissão temporária que busca soluções de financiamento para a segurança pública.

O último requerimento aprovado ontem determina que o PLC 5/2014, que cria o Estatuto da Metrôpole, seja apreciado pela Comissão de Infraestrutura e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Reforma política é a principal tarefa do país, diz Luiz Henrique



Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que somente com a reforma política será possível enfrentar o momento de fragilidade da democracia brasileira.

O senador observou que um dos projetos sugeridos pela comissão criada para debater o tema estabelece o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais. Para ele, enquanto empresas concessionárias do governo e empreiteiras continuarem financiando campanhas eleitorais, o Brasil vai enfrentar casos de corrupção como o do mensalão e o da Petrobras.

Ele ainda sugeriu outras mudanças na legislação político-eleitoral, como o fim da reeleição e da propaganda eleitoral na televisão, com a pré-produção de profissionais de marketing;

Para Luiz Henrique, também será benéfico para o país acabar com eleições a cada dois anos.

— Essa é a meta, é o horizonte da política brasileira: a próxima eleição, que vai ocorrer daqui a dois anos. É preciso dar tempo ao país para se pensar e dar tempo aos governos para realizarem programas consistentes de médio e longo prazos — afirmou.

Suplicy comemora texto que define linha oficial de pobreza

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou anteontem a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), de projeto de lei que institui a linha oficial de pobreza (renda mínima para uma vida digna), a fim de que o problema seja combatido com mais eficiência.

— Faço um apelo para que, antes do final do ano, possamos aqui confirmar essa decisão — disse.

O texto aprovado na quarta pela CDH (PLS 66/1999) foi um substitutivo da Câmara a projeto apresentado pelo próprio Suplicy há 15 anos.

O senador também destacou alguns programas de inclusão social que melhoraram a qualidade de vida dos brasileiros nos últimos anos, como o Bolsa Família, o Pronatec, o Luz para Todos e o Minha Casa, Minha Vida.

Sobre a relação do pagamento do Bolsa Família e o resultado das eleições deste ano, Suplicy afirmou que o benefício, na verdade, liberta as famílias contempladas.

No Nordeste, por exemplo, região com o maior número de beneficiários, houve a queda mais acentuada da pobreza, que passou de 19% para 1,9%. Por isso, o senador defendeu a ampliação do programa, para que mais famílias possam deixar a linha da pobreza.

Raupp pede sanção rápida de mudança na dívida de estados



Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu à presidente Dilma Rousseff que assine logo o projeto que muda o índice de correção da dívida dos estados e dos municípios, aprovado na semana passada no Senado. Ele explicou que estados e municípios passarão a pagar parcelas mensais menores à União.

Raupp ressaltou que a medida vai permitir aos governos estaduais e às prefeituras ficarem com mais dinheiro para investir em saúde, educação e outras áreas essenciais.

Para dar uma ideia do impacto da mudança, ele citou o caso de Rondônia, que tem uma dívida de R\$ 2 bilhões e vem pagando todo mês mais de R\$ 15 milhões à União. Com a mudança do indexador da dívida, informou, o estado passará a pagar cerca de R\$ 2,5 milhões a menos.

— Certamente dará para investir um pouco mais na saúde, na educação e em outras áreas essenciais para o desenvolvimento do estado de Rondônia. É, portanto, extremamente oportuna e justa a revisão das condições impostas aos estados e municípios — disse o senador.



Benedito de Lira (2º à esq.), presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, coordena o debate com convidados sobre denúncias de desvios de recursos

Senadores cobram fiscalização rigorosa sobre desvios no Pronaf

Denúncias de irregularidades em empréstimos do Programa Nacional de Agricultura Familiar operados pelo Banco do Brasil serão investigadas

OS SENADORES QUEREM mais rigor do Ministério do Desenvolvimento Agrário na fiscalização e na concessão de créditos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Ontem, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fez uma audiência para debater denúncias de fraudes que prejudicaram produtores rurais em Santa Cruz do Sul e Sinimbu, no Rio Grande do Sul. Eles alegam estarem endividados com o Banco do Brasil, apesar de não terem contratado crédito agrícola.

Ana Amélia (PP-RS) afirma que investigações da Polícia Federal apontam desvios de R\$ 80 milhões e prejuízo a mais de 6 mil agricultores por meio de transferências bancárias intermediadas pela Associação Santa-Cruzense dos Agricultores Camponeses (Aspac), suspeita de obter os empréstimos e não repassar aos agricultores.

A senadora cobrou maior controle do ministério e quis

saber por que o governo não identificou as irregularidades antes das denúncias, visto que tem mecanismos de controle.

— Não discutimos o mérito do programa, que deve ser valorizado e preservado, pois é muito importante para o país. Entretanto, temos que zelar pela transparência e moralidade — afirmou.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS), por sua vez, disse que um agricultor pode assinar documento sem a certeza e o conhecimento do que está assinando, daí a necessidade de esclarecer o caso.

— É fundamental ouvir aqueles que se dizem lesados. Esse programa tem que considerar a boa-fé das pessoas. Por isso, é importante esclarecer e punir exemplarmente os responsáveis. Caso, contrário, vamos criar burocracia para conceder o crédito — alertou.

O diretor da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU), Charles Soares Evangelista, informou que

auditoria feita em 2008 constatou problemas como a baixa frequência de fiscalização por parte do Banco Central, a existência de titulares de mais de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf, entre outros.

Investigações

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Laudemir André Müller — representante do ministro Miguel Rossetto —, informou que o ministério começou as investigações assim que a imprensa passou a noticiar os problemas. Os técnicos têm até dezembro

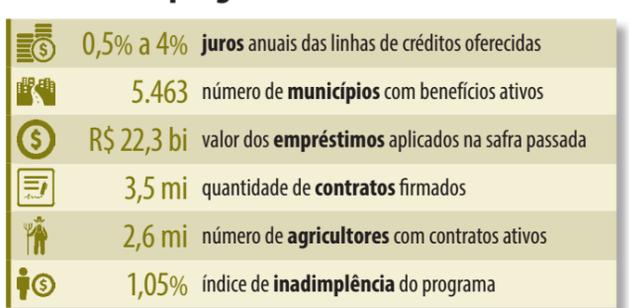
para concluí-las.

— Estivemos na região, ouvimos os agricultores e vários disseram que assinaram documentos sem saber com certeza do que se tratava. Eles confirmaram o que haviam dito à imprensa — explicou.

Segundo Müller, o problema pode estar nas transferências bancárias, que são protegidas por sigilos. Por isso, a Polícia Federal e o próprio Banco do Brasil estão investigando.

A comissão terá mais uma audiência, desta vez, com presença do vice-presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias.

O programa em números



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fleury pede sensibilidade à presidente sobre crise em usinas

O senador Fleury (DEM-GO) voltou a pedir à presidente Dilma Rousseff sensibilidade diante da crise do setor sucroalcooleiro. Ele afirmou que o descuido na política de preços dos combustíveis tem causado prejuízo aos produtores de álcool, o que já resultou em mais de 50 usinas fechadas e na demissão de milhares de trabalhadores.

Fleury disse esperar que a pressão dos agricultores proporcione uma ampla renegociação das dívidas do setor, a exemplo da que foi promovida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Devemos voltar, dentro de pouco tempo, ao que vivemos alguns anos atrás, quando todos os agricultores vieram para a Praça dos Três Poderes reivindicar um alongamento da dívida ou uma prorrogação das dívidas — afirmou o senador.

Ele também saudou a informação de que o microprodutor da agricultura familiar, além de receber R\$ 5 a mais por saco de soja, a partir do ano que vem terá o seguro de produtividade, e não mais o seguro da safra.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice ressalta importância do consórcio público intermunicipal

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou a importância dos consórcios públicos intermunicipais como forma de ampliar o poder de diálogo dos municípios com os governos estaduais e federal. Ela informou que, na Bahia, foram instituídos 30 consórcios.

A senadora destacou o consórcio intermunicipal entre cidades da Chapada Diamantina, que, em pouco mais de um ano de existência, já conseguiu firmar um convênio de R\$ 40 milhões com o Ministério do Desenvolvimento Social para a implantação de sistema simplificado de abastecimento de água para consumo humano e para produção.

Lídice lamentou que os programas sociais do governo federal tenham aumentado os encargos dos municípios sem uma contrapartida no repasse de recursos. Ela mencionou a situação de desespero dos prefeitos que, no fim do ano, precisam cortar pessoal na tentativa de equilibrar as contas municipais.

— Nós estamos vendo isso na Bahia. Diversas prefeituras demitindo para chegar à prestação de contas em condição de não terem suas contas rejeitadas, para logo depois, mais tarde, daqui a três, quatro meses, voltarem a contratar, porque, senão, não podem manter os programas federais — disse.

Petecão cobra alternativa para caso de ex-senador boliviano

O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) criticou, na quarta-feira, o Conselho Nacional para os Refugiados (Conare) no caso do ex-senador boliviano Róger Pinto Molina. O ex-parlamentar pediu refúgio ao Brasil depois de ser acusado de dezenas de crimes na Bolívia.

Segundo Petecão, a situação jurídica de Molina seria discutida nas reuniões de ontem e de hoje do Conare, mas o tema teria sido retirado da pauta sem explicações. O senador ressaltou as dificuldades enfrentadas pelo boliviano e pediu uma solução para o caso.

Petecão espera poder tratar do assunto com o presidente da Bolívia, Evo Morales, em janeiro, por conta da posse da presidente Dilma Rousseff. Para o senador pelo Acre, Molina está pagando um preço alto por fazer oposição ao governo boliviano.

— Aqui fica mais uma vez o meu descontentamento, o meu repúdio e minha indignação por essa situação — disse o senador.



Moreira Muniz/Agência Senado